



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

EDITAL

PROCESSO Nº 320/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2020

Contratação de aterro sanitário com a finalidade de prestar serviços de tratamento e destinação final dos resíduos sólidos provenientes da limpeza urbana, residencial e comercial RSU, incluindo transporte do Município de Divinópolis – TO até o Aterro Sanitário.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2020
COMPOSIÇÃO DO EDITAL

- a) PRELIMINARES
- b) DO OBJETO
- c) DO CREDENCIAMENTO
- d) DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
- e) DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES
- f) DOS ENVELOPES “PROPOSTA COMERCIAL” e “HABILITAÇÃO”
- g) DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS
- h) DA PROPOSTA COMERCIAL
- i) DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- j) DA SESSÃO DO PREGÃO
- k) DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS
- l) DOS LANCES VERBAIS
- m) DO JULGAMENTO
- n) DOS RECURSOS
- o) DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
- p) DO CONTRATO
- q) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- r) DA EXECUÇÃO DO OBJETO
- s) DO CONTRATO E DO PAGAMENTO
- t) DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- u) DA EXTENSÃO DAS PENALIDADES
- v) DISPOSIÇÕES GERAIS

w) ANEXOS:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II - Minuta da Ata de Registro de Preços

x) MODELOS:

MODELO 1 – Credenciamento

MODELO 2 - Cumprimento dos Requisitos da Habilitação e Aceite das Condições do Edital

MODELO 3 - Comprovação de Atendimento do INC XXXIII do Art. 7º da CF

MODELO 4 - Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

MODELO 5 - Declaração de Inexistência de Fatos Superveniente Impeditivos da Habilitação

MODELO 6 - Declaração de Expansão Para Atendimento



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

Preliminares

Órgão Interessado: **Secretaria Municipal de Meio Ambiente**

Processo nº: **320/2020**

Regime legal: **Lei Federal nº 10.520 de 17.07.2002 / Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações / Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, (independente de transcrição).**

Tipo da Licitação: **Menor Preço.**

Data da sessão: 29 de maio de 2020.

Horário da sessão: 09 hs Na Sede da Prefeitura Municipal de Divinópolis do Tocantins – TO

Informações fones: (63) 3531-1320

Horário de: 07 às 13 hs



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

1 - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta licitação Contratação de aterro sanitário com a finalidade de prestar serviços de tratamento e destinação final dos resíduos sólidos provenientes da limpeza urbana, residencial e comercial RSU, o mesmo deverá ser recolhido e transportado do lixão do município de Divinópolis e toda a despesa de coleta e do transporte será efetuada pela Prefeitura Municipal de Divinópolis - TO até o aterro sanitário. Sendo a estimativa de resíduos gerados de aproximadamente 714 toneladas em 7 meses. Conforme especificações constantes no **Anexo I** deste edital.

2 – DO CREDENCIAMENTO

2.1 - As pessoas jurídicas, físicas ou firmas individuais deverão credenciar, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, um procurador, atribuindo-lhe poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema **(Modelo I)**.

2.1.1 - Em se tratando de sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá ser apresentado cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos os seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações.

a) - Deverá ser anexada cópia do estatuto ou contrato social quando apresentada procuração particular.

2.2 – Para o uso da prerrogativa prevista em Lei, deverá o interessado apresentar declaração, com firma reconhecida, de que se encontra inserido nos dispostos do inciso I ou II, conforme o caso, do artigo 3º da Lei complementar nº 123/02.

a) Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, os representantes de microempresa e empresa de pequeno porte deverão credenciar-se e apresentar certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, e declaração de enquadramento em conformidade com art 3º da Lei Complementar 123/2006, afirmando ainda que não se enquadre em nenhuma das hipóteses do § 4º do art 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

b) Será admitida apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma empresa credenciada.

c) Depois de realizado o credenciamento, dar-se á inicio á sessão de abertura e julgamento das propostas, devendo a licitante apresentar á pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação. **(MODELO II)**



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

d) A declaração de que trata a letra “c” do item 2.2 deverá, obrigatoriamente, ser apresentado fora dos envelopes, nº 01 e 02, sob pena de a empresa se declarada como impossibilitada de participar do certame.

e) A apresentação da declaração de pleno atendimento e aos requisitos de habilitação ao Edital e declaração de enquadramento em conformidade com art 3º da Lei Complementar 123/2006, são condições para participação do certame, sendo considerado documento obrigatório. A não apresentação deste documento, ou sua apresentação em desacordo com o item 2.2, letra “c” fere o disposto no artigo 4º inciso VII da Lei 10.520, sendo vício insanável. **(MODELO IV).**

2.3 - Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro não mais aceitará novos proponentes, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e a Documentação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste pregão os licitantes que:

3.1.1 - Desempenharem atividades pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação.

3.1.2 - Atendam às exigências constantes neste **Edital** e nos seus anexos, inclusive quanto à documentação requerida.

3.2 - Não será admitida neste pregão a participação de empresas que:

3.2.1 - Encontrarem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal.

3.2.2 - Empresas estrangeiras que não funcionem no país.

3.3 - Por ocasião da participação neste certame, será assegurado às Microempresas –ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, como critério de desempate, o direito de preferência para ofertar o menor preço em relação aquele lançado pelo licitante não qualificado nessas categorias.

3.4 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao menor preço.

3.5 – Para efeito do disposto no art 44 da Lei Complementar 123/2006, ocorrendo o empate, proceder-se á da seguinte forma:



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

a) - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, devendo tal proposta ser registrada, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b) - Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso do I do caput do art 45, da Lei Complementar 123/2006, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do §2º do art 44 da Lei Complementar 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no § 2º do art 44 da Lei Complementar 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá usar do direito de preferência.

d) – O direito de preferência das microempresas e empresas de pequeno porte será instaurado **após o encerramento da etapa de lance e antes da fase de homologação**.

e) – Na hipótese da não contratação nos termos previsto no caput do art 44 da Lei Complementar 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

f) – O disposto no art 44 da Lei Complementar 123/2006, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.6 – As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda documentação exigida para fins de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, na forma do art 43 da Lei complementar nº 123/2006.

a) – Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal**, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa, cuja comprovação será exigida somente para efeito de assinatura de contrato ou instrumento que o substitua.

b) – A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 2º do art 43, da Lei Complementar 123/2006, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízos das sanções prevista no art 81 da Lei de Licitações e Contratos 8.666/93, de 21 de junho, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4- DO ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

4.1 – Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados a **Comissão de Licitação/Pregoeiro**, no endereço e/ou fax, constado nas preliminares deste Edital.

4.2 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores á data fixada par abertura da sessão pública,

4.3 - Até 02(dois) dias antes da data fixada para abertura do certame, qualquer pessoa poderá impugnar o Ato Convocatório.

4.4 – O pedido de Impugnação deverá ser realizado e encaminhado ao pregoeiro responsável conforme determina a Lei,

4.5 – Os pedidos de impugnação aos termos editalícios deverão ser protocolados junto ao Protocolo da Secretaria Municipal de Administração, nos termos do artigo 41§ 1º, 2º, 3º 4º da Lei 8.666/93, artigo 12 Decreto Federal 3.555, de 08 de agosto de 2000.

4.6 – Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quarto horas, conforme determina a Lei.

5 – DOS ENVELOPES “PROPOSTA COMERCIAL” e “HABILITAÇÃO”.

5.1 - Os envelopes “Proposta Comercial” e “Habilitação” deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e entregues ao **Pregoeiro**, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados.

5.2 – A **Comissão de Licitação/Pregoeiro** não se responsabilizará por envelopes de “Proposta Comercial” e “habilitação” que não sejam entregues ao Pregoeiro designado, no local, data e horário definido no preâmbulo.

5.3 – Os envelopes indicarão em sua parte externa e frontal os dizeres de quais documentos se encontram inseridos, conforme segue:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2019
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL
PROPONENTE:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO
PRESENCIAL Nº 026/2019 ENVELOPE
Nº 02 – HABILITAÇÃO
PROPONENTE:

6- DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

6.1 - Os documentos a serem apresentados deverão:

a) - Quando cópias, conter registro de autenticação efetuados em cartório ou por servidor da Prefeitura TO, neste ultimo constar data e identificação do servidor.

b) - quando declarações, conter assinatura do responsável constituído;

c) - ser encadernados ou grampeados, de modo a não conter folhas soltas, sem emendas, acréscimos, numerados seqüencialmente em ordem crescente, em uma única via; sem borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo.

6.2 – O documento expedido via on-line (internet), no qual possam ser aferidos por meio eletrônico, dispensam autenticação.

6.3 - Não serão autenticados documentos na sessão da licitação.

7 – DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

Os envelopes de propostas comerciais indicarão em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2019
ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA COMERCIAL
PROPONENTE:

7.1 - A proposta comercial deverá ser datilografada ou emitida através de editor de texto eletrônico, em uma via, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízos à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, sendo a última página assinada pelo representante legal da empresa, e deverão conter:

7.1.1 - Nome, número do CNPJ, endereço, telefone e fax vigente da empresa proponente; no caso de pessoa física apresentar CRVL do veículo.

7.1.2 - Prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias a contar da data marcada para a abertura da sessão;

7.1.3 – Nos preços deverá ser indicado o valor unitário e total em moeda corrente nacional apresentado apenas duas casas decimais, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionaria, ficando tal como proposta o valor por item;

7.1.4 - Especificações detalhadas do objeto proposto conforme Termo de Referência (ANEXO I);



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

7.1.5 – Prazo de pagamento de 10 (dez) dias após atesto da nota fiscal;

7.1.6 - Todas as despesas com tributos ou quaisquer outros encargos, diretos ou indiretos, serão de responsabilidade do licitante, devendo estar incluídas na composição do preço;

7.1.7 - Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro;

7.1.8 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente Edital e seus anexos, que sejam omissas, apresentem irregularidades, não apresentar reconhecimento de firma, ou defeitos capazes de dificultar o seu julgamento;

7.1.9 – A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

8 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 - O Envelope II deverá conter, obrigatoriamente, documentos que comprovem os requisitos legais para a **Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira, Regularidade Fiscal, Trabalhista e Qualificação Técnica.**

8.2 - Deverão estar todos em nome do estabelecimento (matriz ou filial) que efetivamente apresentar a proposta de preços.

8.3 - O documento que não mencionar prazo de validade ou data de vencimento será considerado válido pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua expedição.

8.4 - Para comprovação da **Habilitação Jurídica** os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.5 - Para a comprovação da **Qualificação Econômico-Financeira**, os licitantes deverão apresentar:



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

8.5.1 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2018), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da Instituição, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

a) A comprovação da boa situação financeira dos licitantes será verificada pela obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) iguais ou superiores a 1 (um), em qualquer dos índices, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo:

AC + RLP LG = ----- PC + ELP	AT SG = ----- PC + ELP	AC LC =----- PC
AC = Ativo Circulante PC = Passivo Circulante RLP = Realizável a Longo Prazo ELP = Exigível a Longo Prazo AT = Ativo Total		

8.5.2 – As Instituições constituídas a partir de 2019 deverão apresentar balanço de abertura, na forma da lei;

8.5.3 - Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo cartório distribuidor da sede da empresa.

8.6 - Para a comprovação da **Regularidade Fiscal e Trabalhista** os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual/Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame;
- c) Certidão negativa ou positiva, com efeito, de negativa de quitação de tributos federais, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal;
- d) Certidão negativa ou positiva, com efeito, de negativa quanto à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- e) Certidão negativa ou positiva, com efeito, de negativa quanto aos tributos municipal, relativamente à sede ou domicílio do proponente;
- f) Certidão negativa ou positiva, com efeito, de negativa quanto aos tributos estadual, relativamente à sede ou domicílio do proponente;



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

g) Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

h) Certidão negativa ou positiva, com efeito, de negativa quanto à Seguridade Social, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

i) Certidão Negativa de Perante a Justiça do Trabalho no âmbito de Debito e Ações Trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho.

8.6.1 - A certidão negativa ou positiva, com efeito, de negativa quanto aos tributos distritais substitui os documentos dos itens 8.6 “e”. “f”.

8.7 - Para a comprovação da **Qualificação Técnica**, os licitantes deverão apresentar:

a) Declaração emitida por pessoa (s) jurídica (s) de direito publico ou privado, que comprove o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado, **tratando-se de pessoa jurídica de direito privado o atestado ou certidão deverá ter firma reconhecida;**

a) Certidão de regularidade da proponente junto ao CREA.

b) Alvará de funcionamento do aterro sanitário.

c) Licença Ambiental de Operação para Aterro Sanitário

8.8 - Sob pena de inabilitação, os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados no original ou cópia autenticada, não será aceitando documentos em forma de ‘FAX’ e nem a apresentação de protocolo em substituição a documento solicitado.

8.8.1 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

a) em nome do licitante, com número do CNPJ e endereço respectivo;

b) em nome da sede (matriz), se o licitante for à sede (matriz);

c) em nome da filial, se o licitante for a filial, salvo aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da sede (matriz).

8.8.2 - A comprovação do cumprimento do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal se dará através da Declaração firmada pelo licitante conforme **Modelo III**.

a) E as Declarações que se fizerem necessários anexo deste Edital.

9 – DA SESSÃO DO PREGÃO

9.1 - Os participantes do pregão deverão comparecer com antecedência mínima de 10 (dez) minutos do horário previsto para o início da sessão.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

9.2 – O Pregoeiro declarará aberta à sessão do PREGÃO em data e hora pré-definido no edital, não cabendo mais apresentação de envelopes.

9.3 - Da sessão lavrar-se-á a ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos e ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelos licitantes.

10 – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

10.1 - Os envelopes contendo as Propostas Comerciais serão abertos e estas verificadas se atendem a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

10.2 - O Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor valor e aqueles que tenham apresentado propostas sucessivas e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor, para participarem dos lances verbais.

10.2.1 - Se não houver, no mínimo, 03 (três) propostas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas;

10.3 – Caso haja empate nas condições definidas no subitem 10.2, as propostas com valores empatados serão classificadas para a fase de lances verbais.

10.4 - Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item.

11 – DOS LANCES VERBAIS

11.1 - Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, com valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior valor classificado e os demais em ordem decrescente de classificação.

11.2 – A declaração de desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último valor apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas, incluindo-se nesta prerrogativa os interessados inseridos na Lei Complementar nº. 123/2006.

11.3 – Caso não seja realizado lances, será verificado se os valores são superiores ao mínimo estabelecido pela administração;



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

11.4 – Assim como nas propostas, os lances serão ofertados de maior desconto e menor preço.

12 – DO JULGAMENTO

12.1 - O critério de julgamento será o de **Menor Preço Global**.

12.2 - Declarada encerrada a etapa competitiva de lances, as ofertas serão ordenadas para classificação a partir do menor valor ofertado.

12.3 - O Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira proposta classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

12.3.1 - Sendo aceitável a proposta de menor valor, será aberto o envelope contendo a habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

12.3.2 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos de habilitação requeridos no presente Edital.

12.3.3 - Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as demais propostas subseqüentes classificadas, verificando a sua aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, procedendo a verificação das condições de habilitação do proponente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital, para o qual apresentou proposta.

12.3.4 – Excetua-se o vencedor de menor preço, inserido na condição estabelecida de favorecido, no qual será concedido o prazo de dois dias úteis para regularização de seus documentos de Habilitação.

12.3.5 – Não havendo a regularidade dos documentos de habilitação, o licitante será considerado inabilitado, sem prejuízo das sanções cabíveis.

12.3.6 - Em havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

12.3.7 - Casos não se realizem lances verbais, serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor valor ofertado que contemple as condições do Edital.

12.3.8 - Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro deverá negociar para que seja obtido um maior desconto.

12.3.9 – Será considerada, a proposta de preço escrita, como valor proposto acabado e final do licitante que, caso classificado para os lances verbais, não esteja representado em sessão.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

13 – DOS RECURSOS

13.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

13.2 - As razões de recurso deverão versar exclusivamente sobre o tópico questionado verbalmente durante a sessão.

13.3 - Na falta de manifestação imediata e motivada, no momento oportuno, o licitante decairá do direito de recurso.

13.4 - Os recursos serão decididos no prazo de 02 (dois) dias úteis.

13.5 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.6 - O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos da Comissão Geral de Licitação e enviada aos participantes via fax.

14 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1 - Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pelo Ordenador de despesa.

14.2 - Havendo interposição de recurso, após o julgamento, o Pregoeiro encaminhará os autos ao ordenador da despesa para adjudicação do objeto da licitação ao (s) licitante (s) vencedor (es) e homologação do procedimento licitatório.

15 - DO CONTRATO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 - Após a homologação do certame, a adjudicatária será convocada pela Secretaria Municipal de Administração Modernização e Gestão para assinatura de instrumento contratual relativo ao objeto, devendo comparecer no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da notificação, prorrogável por até igual período quando solicitado justificadamente pelo interessado.

15.2 - O contrato será firmado conforme minuta constante no Anexo II.

15.3 - O prazo de vigência deste contrato será até 31 de dezembro de 2020, podendo ser



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

prorrogado nos termos da legislação, comprovada a vantagem para a Administração.

15.4 - Fica facultada a Prefeitura, quando o vencedor não assinar o instrumento contratual, no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições estabelecidas no encerramento de seus lances.

15.6- Quando notificado antes do vencimento do contrato, o Contratado fica obrigados a aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor, conforme previsto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, mediante justificativa técnica por parte do ordenador da despesa.

15.7- O Contratado poderá subcontratar o objeto, desde que devidamente autorizado pela contratante, e dentro do limite da lei 8.666/93.

15.8- Aplicam-se, no que couberem, as disposições contidas nos arts. 54 a 88 da Lei 8.666/93, independentemente de transcrição.

15.9- As despesas com o presente objeto correrão à conta da Secretaria Municipal de Administração Modernização e Gestão/Outras, na (s) dotação (ões) orçamentária (s) consignada (s) no(s) projeto(s)/atividade, natureza(s) da despesa e fonte(s) indicados no item 6 do Termo de Referência, ANEXO II e memorando constantes nos autos deste processo.

15.10- Aplica-se no que couberem, as disposições contidas nos art. 54 a88 da Lei 8.666/93, independente de transcrição. Sobre a duração deste contrato aplica-se o disposto no art. 57 II, desde que sejam mantidas as condições vantajosas para a administração pública.

16 – DA EXECUÇÃO

16.1 - Os serviços deverão ser executados de acordo com o edital e **(Anexo I)**.

16.2 - Todas as despesas a ser efetuado com manutenção, seguro, impostos e tributos para a execução do serviço deste Edital serão de única e total responsabilidade do proponente, correndo por conta do mesmo o risco integral da operação.

17- DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE.

17.1 - Os pagamentos serão realizados mensalmente, após aferição dos serviços, em até 10 (dez) dias, contados do recebimento e atesto das Notas Fiscais.

17.2 - Os preços ofertados e adjudicados serão considerados fixos e irreajustáveis pelo período de um ano e, quando for o caso, serão reajustados anualmente para mais ou para menos a partir da data da apresentação da proposta, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, apurado.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

18 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 - As penalidades pelo não cumprimento total ou parcial do fornecimento, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, são:

a) - Multa de 10% (dez por cento) do valor global contratado, no caso de inexecução total da obrigação;

b) - Multa de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação, inclusive no caso de reposição do objeto rejeitado;

c) - Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, no caso de inexecução diária do fornecimento do objeto desta licitação, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação, conforme alínea anterior;

d) - Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Pedro Afonso, pelo prazo que for fixado pela Administração em função da natureza e da gravidade da falta cometida;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, considerando, para tanto, reincidências de faltas, sua natureza e gravidade.

18.2 - Quando o proponente não aceitar ou não retirar o empenho na forma estabelecida no item 15.1, estará sujeito à multa do item 18.1" a" e à penalidade do item 18.1" d" ou 18.1" e", além de decair o direito ao fornecimento do objeto.

18.3 - As multas aplicadas serão descontadas do pagamento devido pela Prefeitura ou, não sendo possível, deverão ser recolhidas pelo licitante em até 30 (trinta) dias, contados da intimação, sob pena de inscrição em Dívida Ativa para cobrança judicial.

18.4 - A aplicação das multas independerá de qualquer interpelação administrativa ou judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

18.5 - As multas e penalidades serão aplicadas pelo órgão ordenador da despesa, através da **Assessoria Jurídica do Município**, sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou de processo administrativo.

18.6 - O proponente será cientificado, por escrito, da multa aplicada, ficando com o prazo de 05 (cinco) dias para, se o desejar, recorrer ao órgão ordenador da despesa.

18.7 - Pela inobservância dos termos deste Edital poderá haver a incidência das penalidades de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

19 – DA EXTENSÃO DAS PENALIDADES

19.1 - A suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública, além das penalidades civis, penais e criminais, poderão ser também aplicadas àqueles que:

- a) - retardarem a execução do Pregão;
- b) – manifestarem grave ofensa à autoridade condutora da sessão e/ou equipe de apoio no uso de suas atribuições;
- c) - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração;
- e) - Apresentarem declaração ou qualquer documento falso, fraudado ou cometerem fraude fiscal.
- e) – aliciar demais concorrentes ou formar conluio entre interessados.

20 – DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da proposta e da habilitação, não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos, no qual poderá ser encaminhado para execução conforme os dispostos 18 e 19.

20.2 - A simples participação neste certame implica em aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

20.3 - É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela depois de aberta a sessão do Pregão.

20.4 - A contratada poderá subcontratar desde que devidamente autorizada pela gestão municipal, parcialmente até o permitido pela Lei 8.666/93, o objeto avençado.

20.5 - A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

20.6 - O Pregoeiro, no interesse da administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na proposta e habilitação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, para esse fim específico.

20.7 - Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição, o Pregoeiro devolverá aos licitantes, julgados desclassificados, os envelopes “HABILITAÇÃO” inviolados, no encerramento da licitação.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

208 - A impugnação ao presente Edital somente será considerada se apresentada ao protocolo da **COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÕES**

209 – Os casos omissos serão submetidos a parecer jurídico da Assessoria Jurídica do Município.

20.10 - Informações complementares que visem obter maiores esclarecimentos sobre o presente pregão serão prestadas pela Comissão Geral de Licitação/Pregoeiro, no horário das 07h às 13h, de segunda a sexta-feira, pelos telefones 63-3531-1320.

Divinópolis do Tocantins – TO, aos 08 dias do mês de maio de 2020.

Manoel de Sousa Lima
Pregoeiro



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

ANEXO I

**TERMO DE REFERÊNCIA SOLICITAÇÃO DE COMPRAS DE BENS E SERVIÇOS
(art. 14 da Lei nº 8666/93)**

Divinópolis 22 de Maio de 2020.

1. DEMANDANTE

1.1. Prefeitura Municipal de Divinópolis do Tocantins

2. OBJETO

2.1. O presente Termo de Referência tem como finalidade promover a **Contratação de aterro sanitário com a finalidade de prestar serviços de tratamento e destinação final dos resíduos sólidos provenientes da limpeza urbana, residencial e comercial RSU, o mesmo deverá ser recolhido e transportado do lixão do município de Divinópolis e toda a despesa de coleta e do transporte será efetuada pela Prefeitura Municipal de Divinópolis até o aterro sanitário. Sendo a estimativa de resíduos gerados de aproximadamente 714 toneladas em sete meses.** Cujas especificações e quantitativos, de acordo com item 08, deste Termo de Referência.

3. DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES

3.1. O presente documento tem por objeto a contratação de aterro sanitário com a finalidade de prestar serviços de tratamento e disposição final dos resíduos sólidos provenientes da limpeza urbana, residencial e comercial RSU, o mesmo deverá ser recolhido no Lixão Municipal e transportado do município de Divinópolis do Tocantins para as dependências do Aterro Sanitário, e toda a despesa de coleta dos resíduos sólidos e do transporte será efetuada pela Prefeitura Municipal de Divinópolis do Tocantins.

3.2. A Estimativa da geração dos resíduos considerou o índice per capita de geração dos resíduos urbanos do município de Divinópolis do Tocantins – TO sendo de 0,5 kg/hab.dia, conforme apresentado pelo Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (pg. 76, 2012) e Plano Estadual de Resíduos Sólidos (pg. 41, 2017), considerando que a população estimada do IBGE (2019) para o município é de 6.900 habitante, estima-se que a geração de resíduos sólidos urbanos é 3,4 toneladas por habitante/dia, equivalente a aproximadamente 102 toneladas por mês.

3.3. O período de duração desse contrato é de 07 (sete) meses, desse modo estima-se a geração final de 714 toneladas.

4. RECURSOS VINCULADOS

4.1. 0.15.18.452.0504.2.310 - 3.3.90.39

5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

- 5.1. O presente processo se faz necessário em virtude de manutenção do serviço essencial de limpeza pública. O serviço de limpeza pública compreende além da coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos, a operação de Aterro Sanitário.
- 5.2. A terceirização parcial dos serviços torna-se necessária em virtude, da operacionalização do aterro sanitário ser extremamente custosa e de complexidade técnica extremamente alta para o município.
- 5.3. Considerando que a atual situação do tratamento e disposição final dos resíduos sólidos em Divinópolis do Tocantins é feita por meio de Lixão Municipal, tem-se uma preocupação do município em atender com qualidade e responsabilidade a Política Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos, no que diz respeito ao art. 54 da Lei Federal nº 12.305/2010, que trata a extinção dos lixões, além do que diz respeito a prevenção e a redução da geração de resíduos sólidos, tendo como proposta um conjunto de hábitos como propiciar a compostagem, o aumento da reciclagem e reutilização de resíduos e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos (aquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado).
- 5.4. Além das motivações acima elencada, a escassez de recurso público para implantar, operar e manter um Aterro Sanitário fez com que a Prefeitura Municipal buscasse por meio da terceirização do tratamento e destinação final se regularizar junto aos órgãos fiscais ambientais e promover a melhoria contínua do saneamento básico local que influencia diretamente na saúde pública.
- 5.5. A terceirização do serviço além de sanar os passivos ambientais decorrente da atual forma de destinação, auxiliará na recuperação da área utilizada de forma inadequada e o aumento da pontuação da cidade na arrecadação de ICMS Ecológico.
- 5.6. Por esses apontamentos apresentados solicitamos a realização de um certame com o objetivo de contratar empresa especializada com a finalidade de prestar serviços de transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos provenientes da limpeza urbana, residencial e comercial do Município de Divinópolis em Aterro Sanitário.

6. DOS RESÍDUOS SUJEITOS AO TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL

- 6.1. O presente edital prevê o tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos que compreendem a limpeza urbana, resíduos domiciliares e comerciais.
- 6.2. Os resíduos de entulho não serão coletados, uma vez que o município possui irá dispor desse resíduo de forma separada e também pretende promover ações de reutilização por se tratar de um resíduo inerte.
- 6.3. Quanto aos resíduos sólidos dos serviços de saúde, os resíduos caracterizados como domésticos são direcionados a coleta convencional, enquanto que os resíduos perigosos, a prefeitura atende as recomendações da RDC 222/2018, são direcionados para o tratamento de incineração, desse modo, os resíduos perigosos advindos dos serviços de saúde não serão contemplados neste objeto do processo licitatório.

7. DO TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL

- 7.1. Frequência
 - 7.1.1. Como dito no item anterior, a empresa a ser contratada irá coletar os resíduos na sede municipal de Divinópolis do Tocantins em local indicado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, sendo esse no Lixão Municipal. A frequência da coleta, transporte, tratamento e disposição final deve ser realizada no mínimo a cada 07



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

(sete) dias a fim de evitar o acúmulo de material, podendo essa frequência variar de acordo com a demanda local e aprovação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

7.2. Transporte

7.2.1. O carregamento dos resíduos será realizado em local indicado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, sendo esse o Lixão Municipal localizado na saída de Divinópolis do Tocantins sentido Abreulândia pela TO 164 localizado nas coordenadas geográficas UTM 22L 698093.42 m E; 8918321.85 m S, podendo a secretaria municipal, caso seja necessário, futuramente indicar outro ponto de carregamento dos resíduos coletados. O transporte deve ser feito em equipamento adequado e deve estar em conformidade com a ABNT NBR 13463/1995, possuir bom estado de conservação, de tal forma que durante o transporte não permita vazamento ou derramamento de resíduos, além de proteger os resíduos de intemperes. O transporte deve atender à legislação ambiental específica (federal, estadual e municipal), caso esteja enquadrado para esse fim.

7.2.2. Quanto ao tráfego, as vias de acesso ao município são de baixa a média intensidade, de razoável circulação, sendo o acesso ao atual ponto de carregamento por via pavimentada e não pavimentada, sendo esse último um trecho de 700 metros.

7.2.3. Quanto ao armazenamento dos resíduos na área de carregamento, a unidade transbordo, esse será feito sem fosso de acumulação e ocorrerá o carregamento do veículo a ser destinado ao transporte utilizando de escavadeiras.

7.2.3. Quanto ao tratamento físico prévio dos resíduos na área de carregamento, a Prefeitura Municipal promoverá a redução do volume por meio de compactação.

7.3. Do recebimento dos resíduos

7.3.1. Antes de direcionar os resíduos para o tratamento e disposição final, os resíduos devem ser pesados em balança específicas para veículos.

7.3.2. A pesagem deve ser feita pela empresa contratada na entrada e saída do veículo com o carregamento dos resíduos sólidos urbanos do município.

7.3.3. Após cada carregamento a empresa contratada deve emitir ficha contento as pesagens em toneladas, data, horário, e assinatura do responsável pelo recebimento da carga, para fins de controle da Prefeitura Municipal.

7.4. Tratamento

7.4.1. O tratamento dos resíduos sólidos transferidos do município de Divinópolis do Tocantins deve obrigatoriamente ser feito em local licenciado, ou seja, com Licença de Operação vigente para a atividade de Tratamento e Disposição Final de resíduos sólidos, devendo o empreendimento realizar periodicamente os relatórios de monitoramento ambiental e plano básico ambiental requerido pelo órgão licenciador/fiscalizador.

7.5. Disponibilização da documentação

7.5.1. O empreendimento deverá ao final do período de contratação entregar em via digital a Secretaria Municipal de Meio Ambiente a Licença Ambiental de Operação, os Relatório de Monitoramento e Plano Básico Ambiental executado ao longo do período da contratação, para fins de comprovação ao Relatório de ICMS Ecológico do município.

8. QUANTIFICAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

ITEM	UN.	QTDE.	ESPECIFICAÇÃO	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
01	Tonelada	714	Contratação de aterro sanitário com a finalidade de prestar serviços de tratamento e destinação final dos resíduos sólidos provenientes da limpeza urbana, residencial e comercial RSU, o mesmo deverá ser recolhido e transportado do lixão do município de Divinópolis e toda a despesa de coleta e do transporte será efetuada pela Prefeitura Municipal de Divinópolis até o aterro sanitário. Sendo a estimativa de resíduos gerados de aproximadamente 714 toneladas em 7 meses.	R\$ 220,00 / tonelada	R\$ 157.080,00

9. VALORES ESTIMADOS / COTAÇÃO

9.1. O valor estimado para a referida despesa esta anexa a solicitação e foi obtido através de pesquisa de mercado.

10. PRAZOS PARA ENTREGA / EXECUÇÃO

10.1. O início da execução do serviço será após a data de assinatura do contrato, tendo como vigência o período de 07 (sete) meses podendo ser prorrogáveis por igual período até completar 60 meses contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS QUANTO AO RECEBIMENTO E TRANSPORTE

- O aterro sanitário deverá ser licenciado.
- A confirmação dos serviços será autorizada por meio de Ordem de Serviço dirigida à Contratada;
- A frequência dos serviços deverá ser semanal, independente de feriados.
- O transporte deverá ser em veículos próprios para esse tipo de serviço.

11.2 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- Proporcionar todas as informações necessárias, para que a contratada desempenhe o serviço consoante o dispositivo no contrato;
- Comunicar a contratada qualquer alteração sobre os serviços contratados;
- Proceder ao pagamento após a emissão da Nota Fiscal.

11.3 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- Proceder ao serviço adjudicado, em conformidade com o quantitativo e as especificações presente neste termo de referência;
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo durante o período de realização do serviço, não implicando corresponsabilidade à Secretaria Municipal de Administração;
- Manter inalterados os preços e condições propostas;
- Responder por todos os ônus decorrentes do serviço prestado a esta Secretaria;
- Não transferir a terceiros, total ou parcial, a execução dos serviços sem a prévia e expressa autorização desta secretaria;
- A contratada deverá prestar as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pela



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

contratante, a partir do recebimento da Nota de Empenho;

- A contratada deverá levar imediatamente ao conhecimento da contratante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;

11.4 – DO PAGAMENTO:

- a) A prestação dos serviços será acompanhada e fiscalizada por um representante da Secretaria de Meio Ambiente, que ficará responsável pelo atesto das notas fiscais, conferência e aceite do relatório de medição expedido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- b) Nota fiscal e/ou fatura dos serviços efetivamente executados, de acordo com a respectiva Ordem de Serviço, devendo ser emitida em nome deste Município, acompanhada de: relatório de medição dos serviços; Certidão negativa de débito municipal da sede do licitante; Certidão negativa de débito estadual; Certidão negativa de débito federal; Certidão negativa de débito trabalhista;
- c) O pagamento será conforme a realização dos serviços, efetuado em moeda corrente, por intermédio de ordem bancária, mediante apresentação da Nota Fiscal, no prazo de até 10 (dez) dias da data da apresentação da Nota Fiscal;
- d) Os valores serão pagos mensalmente de acordo com a emissão da nota fiscal;
- e) Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da contratada e haverá, em decorrência suspensão do pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

12. - ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:

Larissa Fátimo Emiliano
Coordenadora Municipal de Meio Ambiente

13. - APROVAÇÃO DO VALOR ESTIMADO/COTAÇÃO

Florisvane Maurício da Glória
Prefeito Municipal

Manoel de Sousa Lima
Pregoeiro



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

ANEXO II

Contratação de aterro sanitário com a finalidade de prestar serviços de tratamento e destinação final dos resíduos sólidos provenientes da limpeza urbana, residencial e comercial RSU, o mesmo deverá ser recolhido e transportado do lixão do município de Divinópolis e toda a despesa de coleta e do transporte será efetuada pela Prefeitura Municipal de Divinópolis até o aterro sanitário. Sendo a estimativa de resíduos gerados de aproximadamente 714 toneladas em 07 meses, QUE ENTRE SI CELEBRAM NA FORMA E CONDIÇÕES SEGUINTEs, DE UM LADO COMO CONTRATANTE, O MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS E DE OUTRO, COMO CONTRATADO,...

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS, instituição de direito público, inscrita no Ministério da Fazenda sob o nº _____, com sede na Av _____, nº _____, CENTRO, DIVINÓPOLIS – TO, neste ato representado pelo Srº _____, Prefeito Municipal, CPF _____, RG _____ Prefeito Municipal de Divinópolis.

CONTRATADO: Pessoa jurídica de direito privado, residente /com sede ___ inscrita no CPF/CNPJ nº __, situada na _____ / por seu Representante Legal, têm justos e certos o presente Contrato, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

1.1 O presente contrato decorre da Adjudicação na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, tudo constante do processo administrativo protocolado e atuado nesta Prefeitura Municipal de Divinópolis, sob o **Pregão Presencial nº 026/2020**, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. Constitui o objeto do presente **Contratação de aterro sanitário com a finalidade de prestar serviços de tratamento e destinação final dos resíduos sólidos provenientes da limpeza urbana, residencial e comercial RSU, o mesmo deverá ser recolhido e transportado do lixão do município de Divinópolis - TO e toda a despesa de coleta e do transporte será efetuada pela Prefeitura Municipal de Divinópolis até o aterro**



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

sanitário. Sendo a estimativa de resíduos gerados de aproximadamente em 714 toneladas em 7 meses. Para atender a demanda desta prefeitura, conforme especificações constantes no Edital e respectiva proposta de preços, partes integrantes deste contrato independente de transcrição.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES ESPECIAIS

3.1. O **CONTRATADO** obriga-se a realizar os serviços em perfeita harmonia e concordância com as normas adotadas pelo **CONTRATANTE**, com observância dos termos do instrumento da Licitação deste contrato, em especial o Termo de Referência.

3.2. Nos preços estabelecidos estão incluídas todas e quaisquer despesas com o objeto deste instrumento, tais como: encargos sociais, manutenção, seguro, impostos e tributos e qualquer outro encargo que incida ou venha a incidir sobre a execução do serviço.

3.3. Caberá ao **CONTRATANTE**:

a). Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas no termo de referência, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1. A vigência deste Contrato será até xx de dezembro de 20xx, contados a partir da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado nos termos da legislação.

4.1.1. O **CONTRATADO** deverá estar preparado para iniciar a prestação de serviços imediatamente após a assinatura do instrumento contratual.

4.2. Ao **CONTRATADO** não será permitido pedir alteração do (s) serviços, exceto por ordem escrita do **CONTRATANTE** para restringir ou paralisar a execução no interesse da Administração.

4.3. Este contrato poderá ser prorrogado com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, suficientemente justificadas pelo **CONTRATANTE** e aprovado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme previsto em Lei.

4.4. As prorrogações autorizadas serão concedidas independentemente de alteração contratual, mas sempre procedidas através de termo aditivo.

4.5. Aplica-se no que couberem, as disposições contidas nos art. 54 a 88 da Lei 8.666/93, independente de transcrição. Sobre a duração deste contrato aplica-se o disposto no art. 57 II, desde que sejam mantidas as



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

condições vantajosas para a administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

5.1. Pela efetiva prestação de serviços de Contratação de Aterro Sanitário com a finalidade de prestar serviços de transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos provenientes da limpeza urbana, residencial e comercial.

O **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** o preço constante de sua proposta comercial, no valor mensal de R\$ _____, (_____), totalizando R\$ _____ (_____).

5.2. Fica expressamente estabelecido que os preços contratados incluam todos os custos diretos e indiretos para a completa execução do avençado.

5.3. Quando notificada pelo **CONTRATANTE** dentro do prazo de vigência deste instrumento, o **CONTRATADO** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até os limites previstos no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, inclusive quanto aos valores, tendo como base o valor inicial do contrato, mediante celebração de Termo Aditivo, sempre precedido de justificativa técnica por parte do **CONTRATANTE**.

5.4. Os preços ofertados e adjudicados serão considerados fixos e irrevogáveis pelo período de um ano e, quando for o caso, serão reajustados anualmente para mais ou para menos a partir da data da apresentação da proposta, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, apurado nos doze meses imediatamente anteriores ao reajuste.

5.5. O pagamento deverá ser efetuado de até 10 (dez) dias da data da entrada nota fiscal no Protocolo do **CONTRATANTE**, após a mesma ser conferida e atestada pelo responsável.

5.6. Os pagamentos serão realizados mensalmente, após a emissão da nota fiscal de serviço.

5.7. Fica facultada ao **CONTRATANTE** a antecipação de pagamento de notas fiscais, mediante descontos previamente acordados.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO E RECURSOS

6.1. As despesas com a presente contratação correrão à conta da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Outras, na dotação orçamentária 10.15.18.452.0504.2.310 - 3.3.90.39.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

CLÁUSULA SETIMA - PENALIDADES

7.1. Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o **CONTRATANTE** poderá sujeitar o **CONTRATANTE** às penalidades seguintes:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;
- c) multa de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;
- d) multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, no caso de inexecução diária do objeto deste contrato, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação, conforme alínea anterior;
- e) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Divinópolis do Tocantins, pelo prazo que for fixado pela Administração em função da natureza e da gravidade da falta cometida;
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, considerando, para tanto, reincidências de faltas, sua natureza e gravidade.

7.1.1. Será aplicada a multa prevista na **Cláusula 7.1 b**, sem prejuízo de outras sanções cíveis e criminais, quando o **CONTRATADO**:

- a) deixar de executar o objeto deste contrato no prazo avençado;
- b) executar o objeto de contrato sem licença ambiental de operação do empreendimento vigente e válida;
- c) executar serviços em desacordo com o Edital.

7.2. As multas aplicadas serão descontadas do primeiro pagamento devido ao **CONTRATANTE** ou, não sendo possível, deverão ser recolhidas pelo **CONTRATADO** em até 30 (trinta) dias, contados da intimação, sob pena de inscrição em Dívida Ativa para cobrança judicial.

7.3. A aplicação das multas independerá de qualquer interpelação administrativa ou judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

7.4. As multas e penalidades serão aplicadas pelo **CONTRATANTE**, através da **Assessoria Jurídica do Município**, sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou de processo administrativo.

7.5. O **CONTRATADO** será cientificado, por escrito, da multa aplicada, ficando com o prazo de 05 (cinco) dias para, se o desejar, recorrer à Secretaria de Administração.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO DO CONTRATO



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

8.1. O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo **CONTRATANTE**, ou bilateralmente, sempre atendido a conveniência administrativa no interesse do Serviço Público.

8.2. Os motivos para rescisão do contrato são os enumerados nos arts. 77 e 78 de Lei 8.666/93.

8.2.1. Também caberá a rescisão do contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, quando o **CONTRATADO** transferir, no todo ou em parte, os serviços, sem prévia autorização do **CONTRATANTE**.

8.3. Em qualquer hipótese de rescisão, ao **CONTRATADO** caberá receber o valor mensal correspondente até a data da dissolução do contrato.

8.4. Ocorrendo a rescisão por um dos incisos elencados no item 8.2, o **CONTRATADO** responderá, se for o caso, por perdas e danos, cobrados administrativa ou judicialmente.

CLÁUSULA NONA – TRIBUTOS

9.1. É de inteira responsabilidade do **CONTRATADO** os ônus tributários e encargos sociais resultantes deste Contrato, inclusive os decorrentes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social.

9.2. Em caso algum, o **CONTRATANTE** pagará indenização ao **CONTRATADO** por encargos resultantes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social, oriundos de Contrato entre a mesma e seus empregados.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

10.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca da cidade de Divinópolis, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Rege-se-á o presente Contrato, no que for omissivo, pelas disposições constantes na Lei nº 10.406/2002, arts. 565 a 578, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, e alterações posteriores, como facultam o inc. I do § 3º do art. 62 da referida Lei 8.666/93, assim como pelas disposições constantes na Lei Federal nº 10.520/2002.

11.2. Fica expressamente vedada à vinculação deste Contrato em operação de qualquer natureza que o **CONTRATADO** tenha ou venha a assumir.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

_____ de _____ de 2020.

.....
CONTRATANTE

.....
CONTRATADO



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

MODELO I
DO CREDENCIAMENTO

A (nome da empresa), CNPJ nº, com sede à, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço)) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto a Prefeitura Municipal de Divinópolis (ou de forma genérica: para junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais) praticar os atos necessários com relação à licitação na modalidade de pregão presencial nº ____/2020 (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para (se for o caso de apenas uma licitação).

Local, data e assinatura



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

MODELO II

CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO E ACEITE DAS CONDIÇÕES DO EDITAL

A empresa, CNPJ nº, com sede à, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos para habilitação ao Pregão Presencial nº ____/2020, assim como, conhece e aceita todas as condições estabelecidas no instrumento convocatório da referida licitação.

Local, data e assinatura.

Nome e Assinatura do Responsável Legal da Empresa



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

MODELO III

COMPROVAÇÃO DE ATENDIMENTO DO INC. XXXIII DO ART. 7º DA CF

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Na Forma Presencial N° _____/2020

À Prefeitura Municipal de Divinópolis - TO

....., inscrito no CNPJ n°....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n°..... e do CPF n°....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

***Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....

(data)

.....

(Nome e assinatura do representante legal da empresa)

(Reconhecer Firma)

***Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima

Nome e Assinatura do Responsável Legal da Empresa



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

MODELO IV

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa....., CNPJ nº, com sede à
....., neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com
qualificação completa - (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), DECLARA, sob
as penas da Lei, com base no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, que está enquadrada na definição
de () Microempresa () Empresa de Pequeno Porte, sem nenhuma restrição de ordem legal.

Local, data e assinatura.

Nome e Assinatura do Responsável Legal da Empresa



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

MODELO V

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES
IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO**

DIVINÓPOLIS- TO,de..... de 2020.

Ref. PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL N.º _____/2020.

Proponente: (razão social da empresa proponente)

Objeto Licitado:
(*Descrição do objeto*)

Declaramos, sob as penalidades legais, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprovem a idoneidade da proponente, nos termos do § 2º do art. 32 e do art. 97 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações subseqüentes, relativamente ao Edital em epígrafe.

Nome e Assinatura do Responsável Legal da Empresa



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
Adm. 2018/2020

MODELO VI - DECLARAÇÃO

(Nome, razão social, endereço da empresa e número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ do Ministério da Fazenda; nome, RG, CPF, endereço residencial, estado civil e nacionalidade do responsável pela assinatura do Contrato), declaro que a regulamentação da área de tratamento e disposição final dos resíduos está regulamentada por meio da Licença Ambiental de Operação n° XXXX e que se houver a necessidade de expansão da área para atendimento do presente contrato esta empresa se providenciará.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de assessoria técnica ambiental administrativo a secretaria municipal de meio ambiente no ICMS ecológico e licenciamento ambiental de empreendimentos públicos no exercício de 2020.

Por ser verdade firmo o presente.

___ (localidade) ___, em ___ de ___ de _____.

___ (assinatura) ___
___ (nome por extenso) ___
___ (CARGO) ___

